

O que falta para o País investir e voltar a crescer

ESTADO DE SÃO PAULO

A produção da indústria brasileira caiu de novo em 1992, acumulando em três anos uma redução de 13,7%. A queda, no ano passado, foi de 4,67%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As perspectivas para este ano são mediocres, de acordo com avaliação de executivos e de especialistas em projeções. Espera-se um primeiro semestre melhor que o do 1992, mas ninguém tem base para prever, com alguma segurança, o ritmo de atividade a partir de julho ou agosto. Mesmo que a recuperação se mantenha ao longo do ano, ainda faltará construir as bases para um crescimento duradouro.

Essas bases dependerão tanto do governo quanto do setor privado. A este compete investir tanto em meios materiais de produção quanto na reforma empresarial. Muitas empresas começaram a reorganizar-se. Mudanças têm sido motivadas tanto pela crise imediata, que impõe austeridade para sobreviver, quanto pela abertura do mercado e pelas transformações da economia mundial. O ambiente deve tornar-se mais competitivo e é preciso estar pronto para disputar pedaços

do mercado, dentro e fora do País.

A indústria, porém, continua a investir pouco. Os planos para este ano indicam investimentos ainda modestos, de acordo com pesquisa divulgada pela Price Waterhouse. Juros altos e incertezas quanto à política econômica são alguns dos fatores de inibição.

No ano passado, segundo os números do IBGE, a indústria de bens de capital produziu 12,4% menos do que em 1991. É esse o mais importante indicador de como os empresários vêem o futuro. Não se deixa de comprar máquinas e equipamentos apenas por causa dos juros altos, mas também por insegurança quanto aos negócios nos próximos anos.

O setor público deve contribuir duplamente para a retomada do crescimento. A tarefa mais urgente é pôr em ordem as contas de governo. Algum esforço tem sido realizado, não há dúvida, e reflete-se no superávit primário. Mas esse resultado é frágil, porque dependeu, até agora, principalmente de um severo controle de caixa e de algum empenho arrecadador. Não será duradouro enquanto a atividade pública não passar por uma grande re-

forma. Essa reforma inclui uma redefinição de funções, com a privatização de grande número de empresas, e uma realocação de recursos públicos, de acordo com novas prioridades.

Quando toda essa reforma estiver claramente em andamento, a credibilidade do governo estará restaurada. Será muito mais fácil, a partir daí, alongar a dívida interna do setor público, desafogar financeiramente o Tesouro Nacional e reduzir a taxa de juros. Antes disso, alguma renegociação poderá ser proposta ao mercado, talvez com emprego de reservas cambiais como garantia. Mas a confiança no governo só se consolidará, de fato, quando a reforma do setor estatal for um processo mais nítido.

Quando isso ocorrer, o governo poderá garantir sua segunda contribuição: gastar o dinheiro público para sustentar o desenvolvimento social e apoiar, se for o caso, atividades de caráter estratégico. Há muito que fazer na educação, na defesa da saúde e no apoio à produção científica e tecnológica. Um Estado semifalido não pode cumprir com um mínimo de eficiência nenhuma dessas tarefas.